

**GARCÍA GONZÁLEZ, Francisco; ALFARO PÉREZ, Francisco José (2024). *Vidas tuteladas. Familia, orfandad y dependencia en la España Moderna*. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 307 pp., ISBN 978-84-9044-652-2.**

Coordenada por Francisco García González e Francisco José Alfaro Pérez, a obra “Vidas tuteladas: Familia, orfandad y dependencia en la España moderna” tem como principal objetivo contribuir para o avanço do conhecimento das relações de dependência derivada da orfandade, mas também das minorias e desigualdades de género, incorporando informações sobre instituições e entidades jurídicas que atribuíam os vínculos de tutela, curatela, adoção ou acolhimentos na sociedade espanhola da Época Moderna. A este objetivo junta-se o de perceber as dinâmicas familiares, assim como de compreender as estruturas e dinâmicas sociais que se aplicavam nestes casos. A imagem da capa deste livro, uma pintura de Nikolaos Gyzis, intitulada *Abuelo y nieto*, pode representar o ato de cuidar ou zelar de uma criança, o que teria de fazer até ao momento em que atingisse a sua maioridade.

O primeiro capítulo, intitulado “Tutela y adopción en España. Leyes, cambios y prácticas (siglos XVIII y XIX)”, com autoria de Raquel Medina Plana tem como objetivo analisar a evolução dos conceitos e instituições de adoção e tutela, nos séculos XVIII e XIX, marcada pelos conceitos de desamparo, guarda e cuidado, que se desenvolveram na transição de dois modelos jurídicos muito diferentes, praticamente opostos. Para isso, Plana utiliza os regulamentos jurídicos assim como os formulários notariais, nos quais se baseiam os manuais do direito civil no século XIX. Conclui, então, que a tutela, que no Antigo Regime assumia um carácter marcadamente patrimonial, com o decorrer dos séculos, aproximou-se da adoção, ligada à filiação, com a transição para o modelo liberal, no século XIX, ocupando o lugar do cuidado de menores desamparados, afastando-se a adoção do quadro jurídico em finais do século XIX.

De seguida, Francisco José Alfaro Pérez e José Antonio Salas Auséns, no capítulo “Tutela y orfandad. Entre el fiero y la práctica en Aragón y Navarra (siglos XVI-XVIII)”, pretenderam fazer uma análise comparativa sobre a gestão da tutela e a orfandade nestes territórios, analisando a teoria jurídica e a sua aplicação prática. Segundo os autores, encontram-se características próprias nos diferentes territórios. Nos de Navarra observa-se uma maior influência do direito romano, onde a maioridade era atingida aos 12 ou aos 14 anos, ao invés dos 7 anos, tendo estes jovens curadores até aos 25 anos de

idade. Já nos de Aragão, a curatela terminava aos 20 anos, podendo esta idade variar de acordo com a estipulação testamentária. Conclui-se, então, que apesar de terem contextos jurídicos semelhantes, as práticas locais impactavam estas relações, resultando em respostas diferentes a contextos semelhantes.

O terceiro capítulo deste livro “Tutelados y tutores en la España centro-meridional. Parentesco, patrimonio y ciclo vital a mediados del siglo XVIII”, escrito por Francisco García González e Carlos Vega Gómez, analisa o perfil dos menores sob tutela, assim como o perfil dos seus tutores e curadores, através da análise de dados como a família, a idade e a análise do seu património. Primeiramente procuram perceber qual a proporção de menores sob tutela relativamente ao espaço, compreendendo a proporção no contexto à época. Procuram, depois, analisar qual a idade dos menores sob tutela e dos seus tutores, chegando à conclusão de que a faixa etária predominante entre os primeiros era a dos 14 aos 19 anos, e de 40 aos 49 anos de idade entre os segundos, havendo um maior número de mulheres. Parte-se, então, para a análise de diversas informações como as de parentesco ou outra de natureza distinta, permitindo a conclusão de que quem mais ocupava a posição de tutor eram as mães e os pais, seguidos pelos tios, assim como as atividades económicas que os tutores desempenhavam, e o património que administravam. Informações deveras importantes para dar a conhecer as desigualdades vividas nesta região.

Segue-se, com autoria de Francisco Hidalgo Fernández, o capítulo “Emociones, intereses y dependencias. Menores, madres y maternidades ante la tutela y curatela en las familias del artesanado platero del sureste peninsular (siglos XVIII-XIX)”. Aí analisa os três conceitos utilizados no título do capítulo, utilizando como fontes testamentos, identificando a tendência de afetos e desafetos e constatando que os conceitos de emoções, interesses e dependências, faziam parte do comportamento social. Firmando-se nas mesmas fontes asseverou ainda que os membros familiares mais próximos dos órfãos ocupavam os lugares de tutores, destacando-se a mãe no cumprimento desse papel, concluindo então que, o afeto das mães pelos filhos era imutável.

O quinto capítulo, da autoria de Antonio Irigoyen López, “Frente al desamparo: clero secular, parentesco y protección en la España moderna com algunos ejemplos de Murcia” trata, através da análise de documentação variada, onde se incluem testamentos, do comportamento do clero no que diz respeito às crianças órfãs. É possível perceber que existia alguma atuação por parte do clero, especialmente na criação de casas para recolhimento de órfãos, ou de hospitais. Apoiavam ainda as moças órfãs, de uma forma distinta, criando obras pias que tinham como objetivo sustentar o seu dote de casa-

mento. Podiam, também, acolher órfãos nas suas próprias casas e, em certos casos, administrar os seus bens, ocupando os papéis de tutor ou de curador. O autor conclui então que os membros do clero apoiavam crianças em situação de orfandade, o que era mais usual quando eram suas parentes, especialmente nos seus estudos, podendo estes órfãos, mais tarde, chegar mesmo a ocupar cargos eclesiásticos.

A este capítulo segue-se o sexto, “Infancia tutelada. Familia y asistencia en el arzobispado de Toledo en la Edad Moderna”, de Alfredo Rodríguez González, que tem como objetivo mostrar a forma como as crianças sob tutela eram tratadas no território do arcebispado de Toledo. De forma bastante detalhada, Rodríguez González explica os diversos contextos e identifica os diferentes tipos de tutela: a tutela testamentária, a tutela legítima e a tutela dativa, assim como explora a situação dos expostos no sistema de assistência. Como aí se demonstra, se os órfãos não tivessem algum familiar que pudesse assumir este encargo, eram entregues ao Hospital de Santa Cruz, sendo criados por uma mulher que era paga, primeiro, para os amamentar e, depois, para os criar, até aos sete anos de idade. Assim, são apresentadas as condições de vida destas crianças, ainda mais dificultadas do que a maioria da população.

O sétimo capítulo, de autoria de María José Ortega Chinchilla e Raúl Ruiz Álvarez, “Una aproximación a los prohijamientos en el Hospital Real de Caridad de Guadix (siglo XVIII)”, começa com a apresentação de um estado da arte sobre a questão da “infancia abandonada”, seguida pela distinção dos conceitos de “prohijamiento” e “adopción”, como modo de introduzir o que de seguida será explorado. O caso aqui descrito é o dos expostos de Andaluzia, no século XVIII, explicitando os casos de Sevilha, Granada, Jaén e Málaga, assim como no Hospital Real de Caridad de Guadix. No que diz respeito a este hospital, constatou-se um número elevado de crianças que foram adotadas nessa instituição, não havendo distinção no que diz respeito ao número de crianças adotadas por sexo. Utilizou-se, também, neste capítulo o *Calastro de Ensenada*, que permitiu traçar o perfil socioeconómico das casas e famílias que acolhiam estes expostos.

A dotação de órfãs, brevemente mencionada acima, é explorada no capítulo de autoria de Sara Barrios Díaz, “Dotar huérfanas en las islas Canarias. La obra pía de Pedro Núñez de Jaén (1682-1758)”, cujo objetivo principal é analisar a proteção da vida virtuosa das órfãs durante a transição para a idade adulta, através da atribuição de dotes, que podiam ser constituídos por jóias, propriedades ou dinheiro. É-nos mostrado, primeiramente, o número de órfãs que constituía a população de Santa Cruz de la Palma. As obras-pias,

a que recorriam muitas vezes os membros do clero eram fundamentais para estas mulheres órfãs alcançarem o estado matrimonial. É neste contexto que a autora explora o exemplo da obra-pia instituída por presbítero Pedro Núñez de Jaén.

No antepenúltimo capítulo da obra, intitulado “Tutelas cruzadas. Hijas, hermanas, esposas y madres atrapadas en la red familiar (Barcelona, siglos XVII-XVIII)”, Mariela Fargas Peñarrocha aborda o conceito de “tutelas cruzadas”, explorando os casos das tutelas exercidas para com as mulheres, de forma a simplificar os conceitos e mostrar a sua influência ao longo dos diversos momentos das suas vidas. Usando como exemplo o caso da cidade de Barcelona, a autora atesta a forma como as mulheres passavam por diversos momentos de tutela com quem partilhavam laços familiares e que se cruzavam com outras, em diferentes momentos da sua vida e evolução etária, social, moral, etc. Assim, demonstra as diversas tutelas sobre elas exercidas, desde a do pai, a do irmão mais velho e, mais tarde, do seu marido, assim como a forma como isso influenciou o percurso de vida de uma mulher.

“La minoría de edad castellana del Antiguo Régimen. El conflicto en la práctica de la tutela familiar” é o décimo capítulo desta obra, com autoria de Máximo García Fernández, que tem como objetivo mostrar a repercussão da morte dos pais na sociedade do Antigo Regime. A esta acresce a influência que a escolha dos tutores responsáveis por estes menores tinha na vida em sociedade e na cultura na comunidade castelhana, assim como no património destes menores, administrado *pro outrem* até o atingir da maioridade.

A obra termina com o décimo primeiro capítulo, de autoria de Isabel M.<sup>a</sup> Melero Muñoz, intitulado “«Si fuese menor en edad»: mayorazgos, herderos tutelados y conflictividad en Andalucía (siglos XVII-XVIII)”. Aí pretende-se compreender a influência dos curadores através das funções que desempenhavam, assim como os conflitos existentes entre os curadores e os membros das famílias dos menores, com o objetivo de compreender a complexidade da vida quotidiana e da relação dos menores que sucediam com os que influenciavam a sua vida familiar e social, através de documentação jurídica.

Este livro, que pretende conhecer mais profundamente os menores que se encontravam sob tutela de curadores, permite compreender diversos aspetos da sua vida na Espanha da Época Moderna, assim como a influência que sobre eles exerceram os membros do clero, os seus curadores e mesmo as respetivas famílias. Aqueles que as leis consideravam desprotegidos contavam com a influência dos que eram nomeados para os acompanhar durante a sua vida, destacando-se, por exemplo na gestão do seu património. Também

neste âmbito o livro em apreço representa um contributo importante, já que tratou, também, de explicitar o sistema e os trâmites que definiam o futuro dos menores tutelados, até ao momento em que atingiam a maioridade.

INÊS TENREIRO BERNARDO

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

[inestbernardo@gmail.com](mailto:inestbernardo@gmail.com)

<http://orcid.org/0009-0007-1650-4894>



